Primeira parte – Capoeira, História e Identidade

Capítulo 3 - Entre diferentes histórias: os capoeiras no livro didático

Josivaldo Pires de Oliveira
Luiz Augusto Pinheiro Leal

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, J. P., and LEAL, L. A. P. Entre diferentes histórias: os capoeiras no livro didático. In: *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 57-68. ISBN: 978-85-232-1726-6. Available from: doi: [10.7476/9788523217266.005](https://doi.org/10.7476/9788523217266.005). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/96v9g/epub/oliveira-9788523217266.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Entre diferentes histórias: os capoeiras no livro didático

Durante os primeiros anos da República no Brasil, muitos centros urbanos contaram com a participação dos capoeiras no processo político partidário e em sua vida social, que pode ser identificada na produção literária do período, o que foi constatado em estudos realizados no Pará, Bahia e Rio de Janeiro.¹ Entretanto, a literatura histórica produzida até a década de 1980, que compunha os manuais de ensino de História, oculta a participação desse segmento social na construção da história do Brasil, deixando-o ausente dos materiais didáticos. A partir de então, a produção histórica passou por processos de mudanças nos quais foram reavaliadas as abordagens sobre cultura e cotidiano das camadas populares. Assim, esses personagens e muitas de suas histórias foram recuperadas.

O objetivo desse capítulo é discutir os capoeiras, que, entre finais do século XIX e primeira metade do século XX, foram considerados marginais pelo discurso social e jurídico da época e que no livro didático *História e civilização: o Brasil imperial e republicano*, de Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez, têm reafirmado o

¹ Ver respectivamente: LEAL, L. A. *Capoeira, boi-bumbá e política no Pará republicano*, 2005, OLIVEIRA, J. P. de. *No tempo dos valentes*, 2005, PIRES, A. L. C. S. *A capoeira na Bahia de Todos os Santos*, 2004, SOARES, C. E. L. *A negregada instituição*, 1999.

mesmo estigma quando, na tentativa dos autores de denominarem quem foram eles, os identificam por “bandos de marginais”.² Portanto, utilizando o livro didático como pretexto, procuramos analisar qual o lugar da capoeira no discurso histórico elaborado para um público mais amplo, tendo em vista ter se tornado esta prática cultural em um dos elementos simbólicos eleitos no processo de formação da identidade nacional brasileira.

A capoeira como novo sujeito da história

A produção historiográfica brasileira tem passado nas últimas décadas, principalmente a partir de 1970 e 1980, por processos de mudanças e revisões em sua abordagem, problematização e objetos temáticos. A história tradicional foi, aos poucos, “cedendo” lugar a uma história mais problematizadora, denominada Nova História, a qual tem valorizado as análises socioculturais.³ Assim, a partir das novas concepções e perspectivas, “os chamados temas malditos, ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios, etc., encontraram guarida nesta Historiografia”.⁴

Os estudos das camadas marginalizadas começaram a preencher as lacunas deixadas por uma forma “tradicional” de fazer história. Esses trabalhos deram voz às minorias sociais às quais foi negado, durante muito tempo, o reconhecimento como sujeitos do processo his-

² MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História e civilização: o Brasil imperial e republicano*. São Paulo Moderna, 1992.

³ Por História Tradicional nos referimos à historiografia que prima pelo discurso unanimista dos grupos dominantes, construindo uma história dos “grandes homens” e “heróis”, descartando as “minorias sociais” como agentes do processo histórico.

⁴ FENELON, Dea Ribeiro. *Cultura e história social: historiografia e pesquisa. Projeto História*. São Paulo, v. 10, dez., p. 68, 1993.

tórico, “trazendo de volta à memória os esquecidos da história: simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias ou prostitutas”.⁵

Os títulos *História e civilização*, *História: memória viva* e *Nova história crítica* são alguns dos exemplos da influência dessa Nova História no livro didático.⁶ Outro elemento que aponta essa influência é o livro paradidático, o qual tem como proposta uma análise mais detida sobre os conteúdos, entretanto, mesmo com caráter de maior criticidade, apresenta muitos problemas, questão esta que não será tratada aqui pois extrapola os limites desse capítulo.⁷ Ainda assim, os segmentos sociais das camadas populares recuperados da obscuridade histórica a eles reservada aparecem com sua imagem “estereotipada”, para tomar o termo empregado por Ana Célia da Silva em seus estudos sobre preconceito racial nos manuais didáticos.⁸ A veiculação de uma imagem estigmatizada do capoeira compromete a aprendizagem do educando sobre os conteúdos que circundam uma história social que tem como protagonistas homens e mulheres das camadas populares. Este é o caso da capoeiragem e de seus agentes.⁹

⁵ SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais, 1995. p. 284.

⁶ MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História e civilização*, 1992, VICENTINO, Cláudio. *História: memória viva*. São Paulo: Scipione, 1998. v. 4, SCHIMÍDT, Mário. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 1999. 4 v .

⁷ Segundo Ernesta Zamboni a mensagem conservadora transmitida nessas obras, na veiculação das idéias e imagens relativas ao poder. Ver: ZAMBONI, Ernesta. O conservadorismo e os paradidáticos de história”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n.25-26, 1994.

⁸ Ver SILVA, Ana Célia. *A discriminação do negro no livro didático*. 2 ed. Salvador: Edufba, 2004 e SILVA, Ana Célia. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Edufba, 2003.

⁹ Assim como o termo “capoeiras”, “capoeiragem” merece um esclarecimento. Além de seus outros significados, a exemplo de prática de arruaceiros, esse termo representa o ato do capoeira, o jogo etc. Por ter sido, no período da criminalização dessa

A capoeira, como objeto de pesquisa, vem ocupando espaço junto aos estudos da história social, mas também em outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas. Desde a década de 1980, pesquisas com o tema da capoeira têm sido desenvolvidas junto a programas de pós-graduação em História, Antropologia e Sociologia. Vale ressaltar que a capoeira já há algum tempo tem sido interesse da Antropologia.¹⁰

Várias são as dissertações de mestrado e teses de doutorado, assim como artigos e ensaios publicados em revistas especializadas, que tratam desta temática. Muitos desses trabalhos enfocam a participação política dos capoeiras na vida brasileira, principalmente no período que compreende a passagem do regime monárquico para o republicano.

O final do século XIX e início do XX foi um período que marcou o universo da capoeiragem por ações de repressão policial respaldada pelo Código Penal de 1890, que entendia os capoeiras, a partir de referenciais da criminologia tradicional, como marginais de alta periculosidade, tendenciosos à prática de crimes perversos. Nesse sentido, tiveram os capoeiras sua prática cultural criminalizada e penalizada com prisão carcerária e, conseqüentemente, com deportação para o complexo de Fernando de Noronha, no litoral de Pernambuco.¹¹ Essas questões são

prática cultural, associado diretamente ao delito penal previsto no artigo 402 do Código Penal de 1890, entrou em desuso principalmente a partir de meados do século XX, quando a capoeira ganhou status de esporte. Aqui é entendido como a prática cultural experimentada cotidianamente pelos atores e atrizes da capoeira.

¹⁰ Ressalte-se que ainda na década de 1960 um estudioso baiano se dedicava a uma análise socioetnográfica da capoeira, portanto, matéria da Antropologia. Ver REGO, Waldeloir. *Capoeira angola*.

¹¹ Sob a epígrafe “Dos vadios e capoeiras”, encontramos o seguinte artigo: “Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida

abordadas no livro didático *História e civilização* e sobre as quais teceremos algumas considerações.

História e civilização é um livro voltado para o ensino fundamental e está organizado em 4 volumes: *O mundo antigo e medieval*; *O mundo moderno e contemporâneo*; *O Brasil colonial*; *O Brasil imperial e republicano*. O sumário está organizado em partes e as partes em alguns capítulos. O volume que trata sobre o Brasil imperial e republicano é o que nos ocupamos aqui.

Ao organizar o conteúdo sobre a República Velha, os autores tratam sobre as questões políticas e socioeconômicas. Intitulam o segundo capítulo de Rebeldias e oposições, apresentando a Guerra de Canudos, Contestado e a Revolta da Vacina. Quando os autores tratam da instabilidade política, procuram apresentar a participação das camadas populares:

Os clubes jacobinos e os batalhões patrióticos eram os principais responsáveis pelo clima de tensão política. Eles pressionavam o governo a adotar reformas que beneficiassem os setores populares da cidade do Rio de Janeiro. O governo respondia com a repressão:

Os capoeiras, marginais que formavam bandos organizados a mando de políticos, foram deportados para Fernando de Noronha.

Os *anarquistas* estrangeiros, responsáveis pelas greves, foram perseguidos e deportados.¹²

pela denominação capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena de prisão celular de dois a seis meses. Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.” Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890.

¹² MOTA, C. G.; LOPEZ, A. *História e civilização*. 1998. p. 100. Os autores não deixam claro se os capoeiras participavam dos clubes jacobinos ou dos batalhões patrióticos.

No trecho transcrito acima, os autores dão por encerrada a compreensão sobre os capoeiras como sendo marginais “deportados para Fernando de Noronha”. Há, neste caso, um problema de narrativa histórica, pois está para além de todos os documentos e “não mostra o passado ao vivo”, na feliz expressão de Paul Veyne.¹³

Nenhum acontecimento é apreendido de maneira direta e completa, mas incompleta e literal, a partir de documentos e testemunhos: os indícios. Portanto, as interpretações que se deve ter sobre determinado fato devem ser consideradas como parciais e inconclusas. Paul Veyne é enfático quando insinua que não podemos compreender o acontecimento ocorrido em um passado “como se estivesse lá”.¹⁴

Ao traçarmos os termos da frase encontraremos o seguinte: “Os capoeiras foram deportados para Fernando de Noronha”. A construção da frase tem caráter determinante sobre o fato: “todos os capoeiras foram deportados”. No entanto, os autores não estavam lá para verificar, como ressalta Paul Veyne. E se estivessem, ainda assim, não deveríamos tomar seus testemunhos como o fato propriamente dito e, sim, indícios para uma das várias interpretações que se poderia ter sobre a deportação dos capoeiras.

Assim, a forma como foi construída a frase apresenta algumas complicações do ponto de vista histórico e, portanto, das possibilidades de leituras sobre os capoeiras na história do Brasil. A simples leitura do texto em questão induz à conclusão de que os capoeiras foram marginais deportados para Fernando de Noronha. Obviamente que esta é uma realidade histórica bas-

¹³ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1982. p. 12.

¹⁴ MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História e civilização*, 1992.

tante documentada pela historiografia. Entretanto, as experiências dos capoeiras não podem ser reduzidas a apenas este aspecto de sua vida social. Cabe refletir qual o lugar reservado para esses agentes culturais e qual o lugar que deveriam ocupar no livro didático de história. Sobre essa questão, Ana Célia da Silva afirma:

Torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores.

Por outro lado, os autores dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania.¹⁵

Corroborando com Ana Célia da Silva, evidenciamos que os capoeiras não são apresentados no livro didático em questão como agentes de uma prática cultural de “tradição e passado significativo”, podendo “vir a ser objeto de investigação”, como já o é, “e constituir-se na prática educativa dos professores”.¹⁶ Não é intenção aqui, com este argumento, descartar outras experiências sociais vivenciadas pelos capoeiras, a exemplo do universo da cri-

¹⁵ SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2001. p. 13-14.

¹⁶ Datam de finais da década de 1980 os primeiros trabalhos acadêmicos, ou seja, oriundos de pós-graduação, sobre a História da Capoeira, portanto, anterior à primeira edição do livro didático analisado. Uma revisão crítica desse trabalho pode ser acompanhada em SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negregada instituição*, 1999 e OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes*, 2005.

minalidade, entretanto, não pode ser perpetuado o estigma de marginais, sem compreendê-los como agentes do processo histórico.

Capoeira e capoeiragem entre diferentes histórias

A historiografia produzida a partir da década de 1980 relata a experiência da Flor da Gente, ou Flor da minha Gente, como também era conhecida a famosa malta de *capoeiras*, que se situava no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX. Esse grupo formado por temidos *capoeiras* “teve papel decisivo na vida política durante os anos de 1870, a serviço do Partido Conservador”.¹⁷

Outro momento foi narrado por Dunshee de Abranches e retratado por diversos estudiosos. Trata-se do problema causado pela prisão de um capoeira, levando o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca a uma crise ministerial. O caso é que o capoeira Juca Reis (José Elysio do Reis), filho do Conde de Matosinhos, que era amigo de Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores do governo provisório, foi preso pelo chefe de polícia Sampaio Ferraz. Este teve “carta branca” do governo para agir na repressão aos capoeiras, independente do pertencimento étnico-racial e/ou social.¹⁸

A polêmica girou em torno da solicitação de Quintino Bocaiúva para a soltura do preso Juca Reis, chegando à altura de dispensar-se do seu cargo político, caso não resolvesse o problema do notório capoeira. Vale ressaltar que o Ministro era um político bem conceituado entre os membros do Ministério. Tal

¹⁷ SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negregrada instituição*, 1999. p. 77.

¹⁸ Quintino Bocayuva e a deportação dos capoeiras. ABRANCHES, Dunshee. *Actas e actos do governo provisório*. Brasília: Senado Federal, 1998. Edição fac-símile.

esforço foi em vão e Juca Reis foi deportado para o conjunto penal de Fernando de Noronha.¹⁹

A deportação dos capoeiras, tal como aparece no referido manual didático, polemiza reflexões em torno do ensino de história, como bem constata Selva Guimarães Fonseca. Segundo essa autora, durante sua investigação encontrou a seguinte situação:

[...] caracterizada de um lado pela existência de uma História única e já pronta para ser transmitida, e de outro um grupo cuja noção de História introjetada favorecia a legitimação da memória dos dominantes e dificultava a efetivação de experiências que rompiam com o modo tradicional de ensino de História.²⁰

Antes dessa história, que surgiu a partir da década de 1970, as camadas populares e suas práticas culturais não tinham expressão na História escrita e ensinada. Com a pesquisa desses historiadores, autores de livros didáticos, os “novos” agentes foram recuperados, mas, em muitos casos, de forma estereotipada. Assim, esta situação compromete a aprendizagem da história dos grupos sociais marginalizados, como disciplina que interage no processo de formação da opinião crítica do cidadão e cidadã brasileiros.

Há que se considerar que o livro didático produzido a partir da década de 1990 passou por modificações qualitativas relacionadas, principalmente, com a mudança na perspectiva historiográfica brasileira. Essa historiografia que valoriza a experiência das minorias sociais foi influenciada por uma “revolução da his-

¹⁹ ABRANCHES, Dunshee. *Actas e actos do governo provisório*. Brasília: Senado Federal, 1998.

²⁰ FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2001. p. 11.

toriografia” na Europa, iniciada pela *Escola dos Annales*, fundada na França em 1929.²¹

Ao tratar de uma mudança no livro didático pelas questões já evidenciadas, deve-se considerar a contribuição de Guilherme Mota. Foi este autor um dos pioneiros na investida do processo de reelaboração do conteúdo do livro didático e do ensino de História no Brasil. Ainda na década de 1980, Carlos Guilherme Mota foi apresentado como um dos responsáveis “por raras e excepcionais” tentativas de mudança no ensino de História de 1o e 2o graus (os atuais fundamental e médio). No entanto, é esse mesmo autor que provoca a polêmica por nós levantada ao apresentar os capoeiras no conteúdo de seu livro, isentos de informações que permitam ao leitor compreender esses sujeitos históricos em sua real importância para o conhecimento da História do Brasil.

A questão que pode ser apontada para a forma de abordagem dos capoeiras no conteúdo do livro é a presença de um continuísmo da história tradicional que ainda permeia os espaços de aprendizagem. O fato da deportação é simplesmente apresentado de forma descritiva, sem nenhuma reflexão ou questionamento.

Assim, tal situação leva-nos a considerar que a bibliografia especializada sobre a história da capoeira é pouco ou nunca consultada pelos professores e alunos, o que compromete o conhecimento sobre essa prática cultural no processo de aprendizagem

²¹ Vale aqui os comentários de Jacques Le Goff e Pierre Nora sobre essa nova proposta historiográfica: “a novidade parece-nos estar ligada a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos*, enfim, aparecem no campo epistemológico da história”. Apresentação da coleção *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. Sobre a Escola dos Annales ver BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

na escola regular. Esta situação não é diferente com outros valores da “africanidade brasileira”, a exemplo da manifestação religiosa do candomblé.²²

Nesse sentido, duas questões cruciais aparecem no problema de “transmissão” desse conteúdo: 1) o livro didático é um instrumento difusor de preconceitos sobre os quais os professores, na maioria das vezes, não estão preparados para trabalhar; 2) por outro lado, existe a dificuldade do educador em construir conhecimentos a partir do enunciado, ou seja, o professor teria que estar instrumentalizado para o aprofundamento do conteúdo do livro didático. Essas duas questões levam a uma outra, que as contempla: a concepção do ensino de História.

Mediante as questões apresentadas, devemos pensar um ensino que efetive a reflexão histórica. O registro do fato não é o bastante e sim a reflexão que busque compreender esses fatos construídos “como expressão das lutas e da consciência histórica dos homens [e mulheres] que vivem a partir de relações conflituosas em função das necessidades que constroem”.²³

Ao refletirmos sobre o passado, devemos considerar os seus significados para o tempo presente. E. P. Thompson, afirma que “esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma

²² A lei federal de nº 10. 639, de 9 de janeiro de 2003, trata da obrigatoriedade da inclusão de temas da cultura afrobrasileira nos currículos de ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas de educação no Brasil. Entretanto, os debates sobre essa questão já vinham sendo desenvolvidos há algum tempo em encontros entre intelectuais e agentes culturais. A abordagem sobre algumas dessas questões pode ser encontrada em SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*, 2001.

²³ TOLEDO, Maria Ap. Leopoldino Tursi. Ensino de história que se ensina: tautologia ou um debate essencial na construção da crítica à história ensinada no ensino fundamental? *Agora*. Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, p. 56, jul./dez. 1999.

discussão acerca de valores”.²⁴ É justamente sobre esses valores que se assenta a questão dos capoeiras no livro didático, os quais consideramos vítimas de estereótipos e de preconceitos reproduzidos no conteúdo analisado.

A historiografia da capoeira no Brasil nos possibilita entender que os capoeiras não eram simplesmente “marginais” ou massa de manobra dos interesses da elite política brasileira. A sua presença em momentos significativos de nossa história, seu envolvimento em motins, revoltas, instituições políticas e militares, deve ser ressaltada. A leitura que se deve ter sobre esses indivíduos não pode ser reduzida a de “marginais que formavam bandos a mando de políticos, [e que] foram deportados para Fernando de Noronha” e sim a de sujeitos que, a partir de suas experiências culturais e cotidianas, interagiram com o processo histórico da sociedade brasileira. Fica assim o desafio para nós, professores, historiadores e agentes culturais, repensar o lugar da capoeira nos manuais escolares.

²⁴ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica a Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 52.